

# A IMPRENSA.

## ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL.

A IMPRENSA, publicação semanal. Assignatura por anno 10.500 reis, por semestre 5.500 reis. Publicações de interesse particular — conforme o ajuste, devendo virem os autógrafos responsabilizados, sem o que não serão publicados; do mesmo modo as correspondências isentas de pagamento.

ANNO XXIII

THERESINA, — SABADO, 7 DE JULHO DE 1888

NÚMERO 1028

### A IMPRENSA

THERESINA, 6 DE JULHO DE 1888

#### Adiamento da assembleia.

Por portaria do sr. Viveiros de Castro, de 2 do corrente, foram adiados os trabalhos da assembleia legislativa provincial, para o dia 20 de setembro proximo.

Este acto do nosso governador dá a medida exacta de sua extrema paixão partidária, e caracteriza um excesso de poder — uma violencia, só propria dos governos arbitrios, caprichosos e absolutos, como se revela o de s. exc.

Os presidentes de província, é certo, tem a atribuição de adiar os trabalhos das assembleias provinciais; mas somente em casos extraordinários e excepcionais, quando motivos de ordem imperiosa e urgente o exigirem.

Usar d'essa faculdade no momento em que a assembleia funcionava regularmente, procedendo dentro dos limites de suas atribuições — é acto violento e excedeante da orbita presidencial.

Assim, pois, é fôra de dúvida que o sr. Viveiros de Castro commeteu uma exorbitância, postergou os deveres do seu elevado cargo e comprometeu ainda mais o penoso estado financeiro da província — com esse acto seu, dictado por conveniencias políticas, por um mal entendido capricho e pela voz vibrante do centro conservador, que repercutiu alto jato do governo de s. exc.

Mas que motivos teve o jovem proconsul para adiar os trabalhos da assembleia? Que razões imperiosas o levaram a praticar de semelhante atentado?

Lançando-se um golpe de vista sobre os diversos considerandos da portaria de s. exc., não se depara com um só motivo urgente, extraordinário e imperioso, que pode-se determinar e justificar esse seu proceder abusivo, violento e arbitrario.

Diz s. exc. que adiou a assembleia, porque se achava votando medidas, exorbitantes de suas atribuições, e tendentes à diminuição da receita e ao aumento da despesa, e attentatorias da independencia do poder judicíario &c.

Não é exatamente isso. S. exc. truca de falso. As medidas apresentadas pela nobre e ilustre maioria nem excediam a esfera, que lhe é traçada pelo acto addicional, nem diminuíram a receita e aumentavam a despesa, nem finalmente, attentavam contra a independencia do poder judicíario.

Os 83 projectos, oferecidos á consideração da assembleia, aprovados, rejeitados, sancionados e não sancionados, ali estam archivados na secretaria da mesma assembleia, onde poderão ser examinados e verificados por quem quer que seja.

Entre os que foram sancionados, e que trouxeram aumento de receita, mencionamos o que regula os ordenados dos empregados aposentados, que exercerem cargos gerais, o da polícia, o da extinção do logar de detenção e o da supressão da gratificação ao secretario do governo etc.; sendo que este ultimo projecto foi devolvido pelo sr. Viveiros de Castro.

Eis a verdade, que transparece a luz dos factos e dos principios jurídicos, e que contrasta perfeitamente com os futeis motivos da portaria de s. exc.

Mas, admittindo-se mesmo por hypo-

these, que a assembleia estivesse procedendo, como diz o sr. Viveiros de Castro, em sua celebre portaria, apresentando, discutindo e votando medidas, que tendiam a diminuir a receita e a aumentar a despesa; ainda assim, dizemos nós, não devia o presidente da província adiar os trabalhos da assembleia; por quanto tinha s. exc. nas mãos o remedio — o meio de impedir que tais medidas fossem convertidas em leis, negando sancção a aqueles projectos, que reputasse prejudiciais aos interesses da província, infringentes das leis gerais e atentatórios do poder judicíario.

Além disso, a maioria da assembleia não dispõe de numero suficiente de deputados, de modo a poder fazer passar por dois terços os projectos, aos quais s. exc. negasse sancção.

E precisamente n'esse correctivo, n'esse poder conferido ao presidente para denegar sancção á certos projectos de leis — que está a beleza do sistema, que nos regem — é que está o equilíbrio dos dois poderes, legislativo e administrativo.

Segundo o art. 24 § 2º do acto addicional, o presidente só tem atribuição de adiar a assembleia, quando o bem da província o exigir.

Ora, nas condições criticas e melindrosas, em que se acha esta parte do império, sem lei do orçamento, em luta com os mais sérios embargos financeiros, a continuação da assembleia em seus trabalhos era uma necessidade palpável.

Seu adiamento, portanto, sobre ser um abuso, uma arbitrariedade inqualificável, é um mal, e um mal grave, que radicalmente afecta ao estudo financeiro da província, sobretudo atendendo-se para as razões acima expostas.

Prosiguimos o acto do sr. Viveiros de Castro, adiando a assembleia, que desde 2 de junho funcionava com a

precisa regularidade; porque entendemos que só em casos extraordinários e imperiosos devem os presidentes praticar tais actos, conforme expressamente já foi explicado pelo governo imperial em aviso de 27 de abril de 1861.

Sem motivos muito imperiosos, declarou o mesmo governo imperial no aviso citado, não devem os presidentes adiar as assembleias; são medidas extremas os adiamentos e que só podem ser legitimadas por circunstâncias extraordinárias.

Por outro lado, ainda uma razão poderosa havia para o presidente não resolver o adiamento e era a deduzida do facto de não haver sessão desde 1886, quando peli nossa lei constitucional devo haver uma em cada anno do biénio.

Demais: o projecto mais importante, aquelle, pelo qual se revela o patriotismo dos deputados, não tinha sido ainda apresentado á apreciação da assembleia; e, portanto, como dizer ao sr. Viveiros de Castro que a maioria estava ali olvidando aquele nobre e elevado sentimento, quando é, principalmente, na organização e discussão do projecto orçamentário, segundo a d'onta opinião d'um ilustre comendador do acto addicional, que se poderá aquilitar o civismo e sabedoria dos mandatários do povo?

Como afirmar a «Epoca» que a maioria procedia sem escrúpulos quando, ao contrario, a minoria é que se desmandava?

Como proclamarem os nossos adversários que nunca em parte alguma d'este império foi usada mais criteriosamente a atribuição conferi-

da pelo art. 24 § 2º do acto addicional?

Não; o uso d'essa faculdade, nas circunstâncias actuais, foi um acto precipitado e irreflectido do sr. Viveiros de Castro.

Somente o dever que tem a gazeta oficial de defender os actos do governo provincial é que a compelli a aventurar proposições insustentáveis em face dos factos e do nosso direito constitucional.

Os adiamentos, diz o aviso citado, são medidas extremas, que só podem ser legitimadas por circunstâncias extraordinárias.

Ora, os motivos constantes da portaria, que combatemos, não são d'aqueles, que se poderão qualificar de imperiosos e urgentes; e, conseguintemente, não estão comprehendidos nos termos do mesmo aviso.

N'este presuposto, o adiamento da assembleia é acto revoltante que não pode encontrar de forma alguma apoio nos preceitos constitucionais.

Sobre não ter a província lei orçamentaria, acresce que já sob o peso d'um enorme deficit, sem poder, de mais à mais, pagar os empregados públicos, que estão atrasados em seus recebimentos 6, 8 e 10 meses!

O adiamento, na hypótese vertente, em vez d'um bem, foi um gravame feito à província.

Praticando esse acto estupendo, o sr. Viveiros de Castro não reflectiu, deixou se arrastar, não pelos fundamentos de sua portaria, que são especiosos e aparentes, mas sim, e unicamente pelo interesse de, como administrador partidário e exaltado, evitar com o seu veto — que fossem aprovados os novos orçamentos das diversas camaras municipais da província; orçamentos, em virtude dos quais ficavam os empregados conservadores das mesmas camaras, com o direito de se alistarem eleitores.

Esta é a verdade.

Os deputados da minoria, o centro e os chefes conservadores, todos fizeram pressão sobre o nosso governo, em ordem a compelli-lo a decretar esse adiamento, excedente e exorbitante de suas atribuições; mas vantajoso para a causa, que defendem.

E tanto foi esse o móvel determinante do acto presidencial — que havendo o deputado conservador Helvídio Martins, obtido em confiança, da mesa da assembleia, os orçamentos municipais, não mais os restituíu durante os dias de sessão!

Isto demonstra o plano concertado entre a minoria e o presidente da província, no sentido de serem os trabalhos da assembleia adiados, para bem da causa conservadora piauhyense e por amor dos interesses do partido do *uti possidetis*!

O sr. Viveiros de Castro, pelo seu incorrecto procedimento, adiando foros, casos leges, a assembleia, que estava trabalhando regularmente, incorreu na mais severa censura, como administrador, que não hesitou em commeter essa violencia, só porque d'ella provinha vantagem para o seu partido!

Este facto, por si só compromete altamente o governo de s. exc. pelo excesso de poder e pelo arbitrio, que o assinalam:

#### A moralidade do sr. Viveiros de Castro.

Abaixo publicamos o protesto que a maioria da assembleia, ferida em seus direitos, lavrou contra o acto do desbragado presidente desta pro-

vincia que adion os seus trabalhos para 20 de setembro.

O acto do sr. Viveiros de Castro se explica pela falta de autonomia, pela subserviencia em que vive s. exc. e pela carecia de criterio em tudo quanto faz, diz e quer. Considerando ao centro, que é dirige, s. exc. cumpre as ordens que recebe e se joga feliz quando dá uma prova da sua obediencia!

O que é a lei para s. exc.? O que tem, sido a moral no seu governo?

Todos sabem: completa burla. No pagode em que s. exc. vive não lhe sobra tempo para estudar, para olhar para os interesses da província, infelizmente confiada a sua administração.

O movel que levou s. exc. assignar a portaria que corre impressa, ao som de caixa, nos boletins da «Epoca», foi salvaguardar, embalar o roubo de papéis relativos aos orçamentos das camaras municipais, praticado pelo sr. Helvídio Martins. Ficha da ignomina e da fraude partidária, essa portaria é o espelho fiel dos sentimentos gastos de s. exc.

Alem de offensiva á maioria da assembleia, es-a portaria é um verdadeiro fiasco tão inepta é tola é em seus fundamentos, como a saciedade mostramos em outra parte deste jornal.

A illustre maioria, ferida em seus direitos e sentimentos patrióticos logo que tese conhecimento do acto presidencial, lavrou o protesto que segue a estas linhas e para o qual chamarmos a atenção dos leitores.

E' uma peça de grande alcance, seja sob o ponto de vista político, seja como um desmentido as falsidades articuladas pelo presidente na sua inepta portaria. Eis o

#### PROTESTO

Os abaixo assinados, membros da maioria da Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy, violentamente esbulhados dos seus direitos pelo acto arbitrio do presidente desta província publicado em boletim da «Epoca», pelo qual consta terem sido adiados para 20 de Setembro os trabalhos da Assembleia:

Considerando que nas actuais circunstâncias financeiras, quando a dívida fundada e fluctuante sobre a soma avultada, quando as rendas públicas decrescem e os deficits avolumam-se, somente se poderia conseguir o equilíbrio do orçamento pela redução da despesa e aumento da receita provincial, pela decretação de medidas da exclusiva competência da Assembleia;

Considerando que a Assembleia, nos poucos dias que trabalhou, tem votado diversos projectos que elevaram a receita e diminuiram a despesa, como o relativo aos empregados aposentados au lugar de ajudante do carcereiro, da casa de detenção desta capital e a de fárias;

Considerando que, apesar de recusar o presidente da província, o pessimismo estado financeiro da mesma, não sancionou varios projectos votados pela Assembleia, que cortavam despesas desnecessárias, como, entre outros, o referente a gratificação ao secretario do governo;

Considerando que se achavam em discussão muitos outros projectos de grande alcance financeiro, tais como o denominado imposto de transito, o de 5% sobre generos de exportação, o da extinção da escola normal, o da extinção de director da instrução pública, e da redução da gratifi-

ciação do medico do partido publico da capital, que orgão aproximadamente em cem centos de reis;

Considerando que a assembleia nunca exorbitou de suas atribuições e si decretasse leis contrárias aos interesses da província ou infringentes do Acto Addicional, nes mês o presidente estaria o remedio para reparar o mal;

Considerando que a assembleia não ataca directa nem indirectamente a independencia do poder judicíario nem avocou a si o conhecimento de processos pendentes de decisão nem invadiu a esfera do poder executivo;

Considerando que entra das atribuições das assembleias provinciais fiscalizar e censurar os actos dos presidentes de província e de outros quaisquer empregados públicos e até processar os magistrados;

Considerando que neobum conflito estando imminente nem perigando a ordem e tranquilidade publicas, nenhuma conveniencia autorizava o adiamento dos trabalhos da assembleia;

Considerando que o presidente da província dominado pela paixão partidária e adstrito ás imposições dos directores do partido conservador, representado pela minoria, praticou um acto de excesso de poder e contrário aos interesses da província;

Considerando que o presidente da província negou sancção á projectos de evidente utilidade publica e lhe cabia toda a responsabilidade do mal que vai continuar a pesar sob a província e que a assembleia empenhava-se em conjurar;

Considerando que hontem as galeras da assembleia estiveram cheias de rapangos armados, que injuriavam e ameaçavam aos deputados liberaes;

Considerando que o movel do adiamento dos trabalhos da assembleia foi para proteger a votação dos orçamentos das camaras municipais, dos quais o dos membros da minoria se apoderaria, com o fim paciente, deliberado de burlar a aprovação dos mesmos orçamentos;

Considerando que os motivos albergados na portaria presidencial são injuriosos e filhos do desejo de molestar ao partido liberal representado pela maioria da assembleia;

Considerando que o acto do presidente se não constitue um crime perante o código penal, foi um enorme attentado politico, um crime perante as leis de uma sã moral e um cartel de desafio lançado á face da nossa sociedade e uma provocação insolita dirigida á um povo generoso e digno de melhor sorte;

Considerando todo isto, lavramos perante o paiz inteiro o presente protesto e prometemos tornar, em qualquer tempo, efectiva a responsabilidade do bacharel Francisco José Viveiros de Castro, a quem em tão má hora foram confiados os destinos da província.

Theresina 3 de julho de 1888.  
Dr. Urbano B. Castello Branco.

Tibério L. M. de Castello Branco.

Marcellino Borges F. C. Branco.

Francisco Batelha de Andrade.

Salomon Baumann.

Fernando de H. Costa Freire.

Aristides Mendes de Carvalho.

Dr. Jacob A. de Souza Gayoso.

Idelfonso Ramos de Souza.

Joaquim da Silva Brito.

Padre Maximo Martins Ferreira.

Raimundo Antonio Borges.

José Joaquim Avelino.

Joaquim José Avelino.

# A IMPRENSA.

## ASSEMBLIA PROVINCIAL

2.ª sessão ordinaria em 4 de junho de 1888

Presidencia do sr. dr. Urbano Castello Branco.

As 10 horas do dia achando-se presentes os senhores José Avellino, Joaquim Avellino, Tiberio Marreiros, Baumam, dr. Botelho, Marcellino, dr. Gayozo, L. Lustoza, dr. Urbano, Aristides, Ildefonso, J. Britto, Fernando de Holanda, Joaquim Avellino, Conego Thomaz, Bertolino Filho, Conego Carino, Helvidio, Gervasio e Raimundo Borges, o sr. presidente declarou aberta a sessão.

O requerimento do sr. conego Thomaz o sr. presidente nomeia uma comissão composta dos srs. conego Thomaz, conego Carino e F. Holland para receber o sr. Martins Teixeira que se achava na sala de espera, o qual sendo introduzido na sala das sessões presta juramento e toma assento.

São lidas, aprovadas e assignadas as actas das duas ultimas sessões.

O sr. 1.º secretario apresenta um officio do sr. secretario do governo enviando diversos documentos requisitados pela comissão de poderes, os quais são enviados a mesma comissão.

Procedendo-se a eleição do presidente da mesa permanente foram recolhidas 19 cedulas que deram o resultado seguinte: José Avellino treze votos, conego Thomaz cinco votos e Gervasio um voto. O sr. José Avellino diz que por motivo de molestia não pode ocupar o cargo de presidente, pelo que pede dispensa do dito cargo, a qual foi concedida pela casa e procedendo-se a nova eleição para presidente, sendo votados os srs. dr. Urbano doze votos, conego Thomaz sete, dr. Jacob um, Gervasio um, em consequencia do que o sr. presidente convoca o sr. dr. Urbano para substituir-o na cadeira da presidencia. Impossando o novo presidente eleito que pronunciou uma breve allocução análoga ao acto passou-se a eleição de vice-presidente, secretarios e comissões permanentes pela forma seguinte: Vice-presidente:—Aristides doze votos, Gervasio voto, Helvidio e dr. Gayozo um voto cada um. Eleito o sr. Aristides de Carvalho.

1.º secretario:—Tiberio Marreiros doze votos, conego Carino oito, Raimundo Borges e Helvidio um voto cada um. Eleito o sr. T. Marreiros.

2.º secretario:—Marcellino doze votos, Helvidio oito, Baumam e Bertholino um voto cada um. Eleito o sr. Marcellino Castello Branco.

Comissão de poderes:—Aristides, dr. Botelho e L. Lustoza doze votos cada um, S. Campos nove, conegos Thomaz e Carino oito votos cada um, R. Borges e Gervasio dois votos cada um, e Baumam um voto. Eleitos:—Aristides, dr. Botelho e L. Lustoza.

Comissão de fazenda provincial:—José Avellino, dr. Gayozo e Joaquim Britto doze votos cada um, S. Campos dez, conego Carino e Martins Teixeira oito votos cada um, Leopoldo, F. Holland, Helvidio e conego Thomaz um voto cada um. Eleitos os srs. José Avellino, dr. Gayozo e J. Britto.

Comissão de câmaras municipais:—Joaquim Avellino treze votos, Aristides e dr. Gayozo doze cada um, Florentino nove, Gervasio e Bertholino oito cada um, R. Borges dois, Vasconcellos e Helvidio um voto cada um. Eleitos:—Joaquim Avellino, Aristides e dr. Gayozo.

Comissão de força pública:—Felix de Vasconcellos vinte e um votos, Leopoldo e Ildefonso doze votos cada um, conego Thomaz nove, Helvidio oito, conego Carino dois, R. Borges e Aristides um voto cada um. Eleitos:—Felix de Vasconcellos, Leopoldo Lustoza e Ildefonso Ramos.

Comissão de Agricultura:—Fernando Holland, J. Britto e S. Baumam doze votos cada um, Helvidio e Ildefonso dois votos cada um, Joaquim Avellino, Leopoldo e dr. Gayozo um voto cada um. Eleitos: F. Holland, J. Britto e S. Baumam.

Comissão de instrução publica:

—José Avellino, Aristides e dr. Botelho doze votos cada um, conego Thomaz e M. Nunes Teixeira sete cada um, conego Carino seis, Gervasio, Helvidio e R. Borges dois cada um, e Baumam um voto. Eleitos:—José Avellino, Aristides e dr. Botelho.

Comissão de estatística:—Conego Thomaz vinte e um votos, dr. Botelho doze, Ildefonso onze, conego Carino nove, Helvidio nove, Aristides, Teixeira, dr. Gayozo e Gervasio um voto cada um. Eleitos:—Conego Thomaz, dr. Botelho e Ildefonso Ramos.

Comissão de redação final: dr. Gayozo dezenas de votos, conego Thomaz oito votos, conego Carino e Raimundo Borges um voto cada um. Eleito o sr. dr. Gayozo. Compareceram antes de cemeçar-se a segunda eleição de presidente os srs. F. Cardozo e F. Vasconcellos, e antes de principiar a de vice-presidente o sr. S. Campos, o sr. Gervazio deixou de votar nas eleições de comissões de Agricultura e de Instrução por não se achar na casa. O sr. dr. Botelho requer que seja suspença a sessão assim de que a comissão de poderes possa dar parecer sobre as eleições de Jaicós e Valença sendo deferido o requerimento retira-se a comissão a sala das conferências e voltando pouco depois, o sr. dr. Botelho leu o parecer opinando pela anulação da eleição de Jaicós e do diploma expedido ao candidato dr. Flavio Mendes, e pelo reconhecimento do candidato padre Maximo Martins Ferreira; deixando de dar parecer sobre a eleição de Valença por lhe faltarem alguns documentos que solicitará do poder competente, officiou-se ao sr. dr. Flavio Mendes convidando-o para assistir a discussão de sua eleição. Fallaram contra o parecer, o sr. conego Thomaz e a favor os srs. Aristides e dr. Botelho. O sr. Marcellino requer o encerramento da discussão visto ter-se esgotado a hora. O sr. conego Thomaz falou contra o requerimento. O sr. conego Cafino tendo requerido urgencia para continuar a discussão da parecer da comissão e sendo-lhe concedida, por ter sido retirado o requerimento de encerramento da discussão, falla contra o mesmo parecer a favor da validade das eleições de Jaicós e Valença. A requerimento do sr. Aristides é encerrada a discussão. Posto em votação o parecer foi aprovado com todas as suas conclusões. Officiou-se ao sr. padre Maximo Martins Ferreira comunicando-lhe o reconhecimento de seus puderes como membro desta Assembléa.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão e dá para ordem do dia seguinte. Leitura de requerimentos, pareceres, projectos, &c. &c.

Dr. Urbano B. Castello Branco—P.  
Tiberio L. M. C. Branco—1.º S.  
Marcellino B. F. C. Branco—2.º S.

2.ª sessão ordinaria em 5 de junho de 1888

Presidencia do sr. dr. Urbano Castello Branco.

As onze horas do dia feita a chama é acham-se presentes os srs. José Avellino, Fernando Holland, Tiberio Marreiros, Baumam, dr. Botelho, Marcellino, dr. Gayoso, Leopoldo, dr. Urbano, Aristides, R. Borges, Ildefonso, J. Britto, Joaquim Avellino, conego Thomaz, Gervasio, Helvidio, Bertholino, conego Carino e S. Campos. Havendo numero legal o sr. presidente declara aberta a sessão.

Lida é aprovada a acta da sessão de hontem. O sr. conego Thomaz apresenta na forma do art. 160 do regulamento da casa a seguinte declaração de voto para ser inscrita na acta de hoje:—Votamos contra o iniquo e injusto parecer da comissão de verificação de poderes, reconhecendo deputado o padre Maximo, a quem foram contados tres votos de eleitores mandados eliminar pela Re-façao. (Assignados)—Padre Thomaz, conego Carino Silva, Helvidio Martins, Bertholino Filho, Salustiano Campos e Gervasio de Britto Passos. O sr. 1.º secretario le o seguinte ex-

pediente: Uma representação do Centro da Indústria e Commercio de açucar do Rio de Janeiro, pedindo providencias no sentido de melhorar-se a cultura da cana de açucar. Vai a comissão de agricultura. Um requerimento de Geraldo Gonçalves dos Reis, pedindo reforma do corpo de polícia. Vai a comissão de fazenda. O sr. Aristides pede a palavra e le um requerimento dos drs. Newton Barlameque, Benjamin Franklin e outros pedindo privilegio e garantia de juros para uma estrada de ferro nest província. Vai a uma comissão especial composta dos srs. Aristides, dr. Gayoso, Joaquim Britto, Lustoza e Campos. Comparecem os srs. Teixeira, Gardoso e Vasconcellos. O sr. dr. Gayoso apresenta um projecto sobre empregados aposentados o qual é enviado a comissão de fazenda. O sr. dr. Botelho justifica, le e manda a mesa a seguinte indicação:—Indico que o presidente desta assemblea nomeie uma comissão de cinco membros, a fim de representar ao governo geral sobre os seguintes pontos: 1.º A necessidade de fazer escala pelo porto da Amarrão os vapores da Companhia Brasileira nas suas viagens para o norte e para o sul. 2.º Consigar no orçamento uma verba suficiente para continuar o serviço de desobstrução do rio Parnaíba. 3.º Ligar por meio do fio telegráfico a cidade da Parnaíba onde existem a nossa alfandega e capitania do porto, à esta capital. Vai a uma comissão especial composta dos srs. dr. Botelho, Baumam, José Avellino, e conegos Thomaz e Carino.

O sr. conego Thomaz apresenta um projecto extinguindo o lugar de oficial-maior da secretaria desta assemblea. A comissão de polícia interna para dar parecer.

O sr. Aristides manda a mesa o seguinte requerimento:—Requiero que se requisite de s. exa. o sr. presidente da província, por intermédio do secretario do governo, copia do officio de cadete Pedro Teixeira, ex-comandante do destacamento de Jaicós, bem como copia do officio do dr. joiz de direito d'aquella comarca á cerca da sobreviação das praças sob o comando do referido cadete n'aquela villa. Posto a votos foi aprovado.

Não havendo mais quem peça a palavra o sr. presidente levanta a sessão e dá para ordem do dia seguinte.

Leitura de requerimentos, pareceres, projectos, &c. &c.

Outra cantava os astros lucentes,  
As novas douradas, a rubia aurora,  
Plumosa cantores, gentis, engracados;  
Vaidades, loucuras só cantos agora,  
As flores cantava frigantes, nimesas,  
Os prados amenos, a límpida fonte,  
E hoje? Tu cantas tristonhos pezares,  
Que estão de continuo rasgando-nos a fronte.

A poesia *Uma ausência* é uma

formosa imitação de outra de Bruno Scabris. Diz o nosso poeta:

Dápois que desti sítio te ausente,  
Meu caro Enduro, tudo aqui mudou!  
A porta desta casa, que deixaste,  
Nunca mais a tristeza abandonou!  
As frondosas mangueiras que tu visto,  
De sahulos frutos carregadas,  
Ja um só fruto nelas não existe,  
Nem são, como ja foram, frequentadas!

E triste aqui a noite, é triste o dia;

Cômigo foi também nessa alegria.

As aves que trinavão sonorosas,  
Por contente te ver nos patios lares,  
Gemei hoje nos bosques pesarosas  
Por não te verem mais nestes lugares!  
Do jardineiro es flores se murcharam,  
E se foram dos ramos deslisando,  
Até que finalmente se acabaram.  
O vento una por uns loi levando;  
Tudo aqui se mudou inteiramente  
Desde que desti sítio estas ausentes.

O gallo que cantava no pôr do dia,  
A' noite noite anuncianto o dia,  
Não mais cantou; seu canto derradeiro  
Foi quando ele de ti se despediu...  
E tam por tal tristeza emudecido,  
Que a todos nos parece estar doente,  
O que de seu cantar vivo esquecido  
Depois que desti casa estas ausentes;  
Tudo é silêncio aqui; tudo é mudez!

Nem mesmo os cães ladram uma só vez!

As vaquinhas, que o dece leite davam  
Para o nosso café, de manhã cedo,  
Quando o curral por gosto procuravam,  
Ja hoja d'elle ate fagim com medo!  
E si acaso o vaquinho as vai buscar,  
Nega-se o gado, e na veloz cirreifa  
Nem lhe podes o monjolo acompanhar!  
Tudo deixa envolvido na posira!  
Volta a casa o vaquinho empurrado  
Sem trazer ao curral o māsso gado.

São dignas de nota as poesias *Não posso*, *Transformação*, *Minha vida*, e o soneto que começa:

Debalde busco te apagar da mente,  
Eu não pretendo esquecer teu nome;  
A paixão que me abrasa me consome,  
Faz que estejas, a mim, sempre presente,

Em todas estas produções, é certo, não ha novidade de pensamento nem correção de phrase; mas denotão no autor muito talento poetico, facilidade de rima e outras qualidades ingenitas ao verdadeiro poeta. Falta ao sr. Theodoro Castello Branco o estudo, mas sobreja-lhe o estro. Intelligença inculta, elle não podia mostrar-se maior de que vêm o

aves, que vosso amor vantaes contentes  
Sem que vos pere minha dor extrema;  
Aves, aves, cadentes,  
Cantai sobre essa louza,  
Que rega o pranto da mais terra espesa!

Villa, casa, rio, joia, dias, aves,  
Si minha extrema dor vos penalisa,  
Ou meus tormentos graves,  
Respeito o meu pranto,  
Gerado num amor honesto e santo.

No imitação a lyra de Gongaza, que começa:

Eu, Marília, não sou algum vaqueiro,  
Que viva de guardar alheio gado etc.

O poeta caçador diz:

Ea, Felina, não sou gentil maneiro,  
De fina educação, d'ameno trato;  
Nem tenho prata e ouro com que possa  
Comprar, para oferecer-te, um rico ornato:  
Um só dole não tenho da ventura,  
Nem mesmo espero ter os teus favores,  
Mas, se partires, meu bem, morro de amores,  
Não te torno, comigo, esquia e dura!

Si o tempo estragador, do men semblante  
As graças juvenes, leva consigo,  
D'ixa-me um coração amante, terno,  
Que deseja viver, morrer contigo;  
Não queras despresa-a como pobre,  
Por ser d'um caçador plebeu, grosseiro.  
Nelle acharás amor tão verdadeiro,  
Que o não pode exceder um rico ou nobre

E bem que julgue ser quasi impossivel  
Teu amor alcançar, unha querida,  
Por nossas condições diversas serem:  
Por teres, mas que eu, víciosa vida;  
Bem ves que não deixa nessa empreza,  
Não creio que anes só quem tem ventura;  
Nem que busques vender a formosura  
E os maus dones que deo-te a natureza,

E' bella a imitação do canticó de Silva Alvarenga, que começa:

Neste loiro pendurada,  
Ficarás, ó doce lyra,  
Onde o vento que suspira  
Te fará soar de amor.

Diz elle, na Lyra desprezada:

Fica-té, ó lyra, n'un raimo pedente,  
Desta alta mangueira frondosa, sombria;  
Mudarão se os tempos, trocarão se os gestos,  
Ja tu me aboreces, não tens melodia.

Outra cantava os astros lucentes,  
As novas douradas, a rubia aurora,  
Plumosa cantores, gentis, engracados;  
Vaidades, loucuras só cantos agora,

As flores cantava frigantes, nimesas,  
Os prados amenos, a límpida fonte,  
E hoje? Tu cantas tristonhos pezares,  
Que estão de continuo rasgando-nos a fronte.

A poesia *Uma ausência* é uma

formosa imitação de outra de Bruno Scabris. Diz o nosso poeta:

Dápois que desti sítio te ausente,  
Meu caro Enduro, tudo aqui mudou!  
A porta desta casa, que deixaste,  
Nunca mais a tristeza abandonou!  
As frondosas mangueiras que tu visto,  
De sahulos frutos carregadas,  
Ja um só fruto nelas não existe,  
Nem são, como ja foram, frequentadas!

E triste aqui a noite, é triste o dia;

Cômigo foi também nessa alegria.

As aves que trinavão sonorosas,

Por contente te ver nos patios lares,

Gemei hoje nos bosques pesarosas

Por não te verem mais nestes lugares!

Do jardineiro es flores se murcharam,

E se foram dos ramos deslisando,

Até que finalmente se acabaram.

O vento una por uns loi levando;

Tudo aqui se mudou inteiramente

Desde que desti sítio estas ausentes.

O gallo que cantava no pôr do dia

A' noite noite anuncianto o dia

Não mais cantou; seu canto derradeiro

Foi quando ele de ti se despediu...

E tam por tal tristeza emudecido

Que a todos nos parece estar doente

O que de seu cantar vivo esquecido

Depois que desti casa estas ausentes;

Tudo é silêncio aqui; tudo é mudez!

Nem mesmo os cães ladram uma só vez!

As vaquinhas, que o dece leite davam

Para o nosso café, de manhã cedo

Quando o curral por gosto procuravam

Ja hoja d'elle ate fagim com medo!

E si acaso o vaquinho as vai buscar

Nega-se o gado, e na veloz cirreifa

Nem lhe podes o monjolo acompanhar!

Tudo deixa envolvido na posira!

Volta a casa o vaquinho empurrado

Sem trazer ao curral o māsso gado.

São dignas de nota as poesias *Não*

## A IMPRENSA.

Depois, carregada de novo a clarina, o poeta se deita na rede, contemplando as estrelas que brilham nas águas quietas do lago e as nuvens que correm pelo azul esplêndido do céu.

Eis nota uns estalos ao longo soarem; Um surdo ruído, que imita o trovão; Recrescem os estalos, recresce o ruído; Mil vultos desabrocham da lona ao clarão;

São porcos bravos—quixadas chamadas, Os deuses estão qual bomba ao quebrar-se Correndo e romendo, do lago na lona A grande marinha já vejo deitar-se.

O tiro certo de novo rebenta; Seu eco retorna no vasto setor! Que gosto que sinto, ao ver estendidos Tres porcos e mais d'um tiro, no chão!

D'um porco relígio, com a face cortante, Retalho com gosto, mui larga pedra, E nolo a gordura, que excita apetite, E em como a costela, nas brasas assada.

As pellés das caças com varas espico, Ao sol, as estendo, depois, pra secarem; E quando cortadas de roupas me servem, Privando os espinhos meu corpo arranham.

Nada mais natural, mais realista e verdadeiro. Segue-se a isto a caçada da onça, animal ferossíssimo, sagaz e valente, com justa razão considerada, pelo seu tamanho e força, a mais terrível das feras brasileiras. O poeta prepara a buzina, que vem a ser uma vergonha metida em um pedaço de couro trágico ao fundo de uma cabaça; instrumento que imita perfeitamente o ronco da onça.

Desde que, pela vergonha, se corre a mão com uma tira de pano molhado. A onça mal ouve a buzina,

começa a roncar e dirige-se para o lugar de onde partem os roncos. Então o caçador solta os cães que com duz presos e eitós na pista da fera, que, ao sentir os, corre para os seus esconderijos medonhos, para os mais intrincados matagais, onde, sempre atacada por elles, estaca ou acaba,

rosnando e batendo com os patas no chão,

Seus roncos medonhos retumbam no vale,

Tal como estampido de horrendo trovão 1

Recobra com fúria seus fortes braços, E o orbe em seus olhos parece oscilar,

Os temidos brutos do bosque desceram

E a terra percebe nos pés me faltar.

Enfrou de maninho, pra, ella me chego;

Parando, examinou... e torno a chegar;

Até que a desabroch, deitada, me olhando,

A cauda movendo, já quasi a saltar 1

O tiro parte, a fera vai convulsa

e o caçador, empunhando a acerada

Lança, lhe embebe no rígido peito,

Sabendo pela larga ferida, com o

sangue, a vida. Contente, usano da

sua proesa heroica o caçador volta

para a casa, e conta a família reunida

em torno da fera, as proezas da

espera.

O Caçador metamorphosed em

soldado, o Canto do voluntario, são

motivados pela partida do poeta para

a guerra, mas quais tratam da sua

vida de caçador e da sua vida de sol

dado. O Selvagem é a apologia da

vida selvagem. O Canto do sertanejo

descreve a vida do vaqueiro,

desses homens intemperatos que ati-

ram, pelas batalhas catinhas, o cavalo

em disparada atrás de rez bravas

que foge. O vaqueiro vestiu de

perneira e gibão de céu, montado

em fogoso gineté.

....atras da novilha, do touro bravio

As redes lhe afrouxo, despede comigo

Ligeiro e seguro, no campo ou no mato,

Até dar as quebras na rez que prosigo!

Quantas nessas loucas corridas,

não são tolhidos pela morte, seja vará

dos pelos pâos, seja arrancados por

quedas!

E no entanto vaqueiros ba que,

até a noite, correm no mato atras

da rez!

### IV

Bastão as linhas que abri sieão para que o leitor bondoso avalie da vocação poetica do sr. Theodoro Castello Branco, aquem só faltou para ser um grande poeta, a cultura intelectual.

Ele, criado no sertão, sem ter tido nemphoma educação literaria, não podia dar melhores nem mais valentes provas da sua intelligencia, do seu estro.

Nós, os seus leitores e criticos, não temos o direito de destacar o do seu mérito e exigir delle mais do que permite a natureza humana. Estuda-

do na sua posição natural, elle se impõe legal que só cede a verdade em contrario, como toda presumção quando essa verdade é provada, renunciar fazer parte de uma comissão cuja fina e cujo objecto principal é a interpretação fiel e genérica de textos de lei?

Se eu não fizesse parte dessa comissão, não tinha também razão para fazer parte de alguma outra.

O sr. Theodoro Castello Branco não possue essa originalidade de estilo que Chateaubriand chamava dom do céo, mas reproduz com nimia fidelidade o que vê, enve e sente. O seu talento, porém, tem passado de sacerdócio de um modo doedor e lamentável. Zola aconselha que o melhor para trabalhar é não esperar nem boa fé nem justiça e acrescenta: É preciso morrer para ter razão. O nosso poeta deve esperar pela morte para ter razão. Hoje a sua velhice, atormentada pela pobreza e pela surdez, não será coroada de honras, mas elle pode, no seu remanso ignorado e feliz sem ilusões nem esperanças repetir com o poeta:

Inveni portum! Spes et fortuna valete! Sal me ludistis, luiste nunc alios.

Theresina 26 de junho de 1888.

C.

### PUBLICAÇÕES A PEDIDO.

#### ASSEMBLÉA PROVINCIAL.

##### VERIFICAÇÃO DE PODERES.

*Resposta aos srs. Areolino de Abreu e conego Thomaz.*

• **• Sr. Boieldieu de Andrade.** — Sr. presidente; v. exc. e a casa foram testemunhas do modo decorrente e desabrido por que na sessão passada foi recebida pelos nobres deputados da minoria a 1.ª comissão de verificação de poderes por occasião de apresentar essa comissão o seu parecer.

Então, a semelhança do que se pratica na camara dos srs. deputados entenderam os membros da comissão dar parecer 1º sobre aqueles diplomas que não ofereciam duvidas ou contestação, cujos donais ou portadores foram logo reconhecidos deputados, aguardando se para dar parecer sobre os outros diplomas, logo que lhe fossem fornecidos os esclarecimentos que pediu.

Esse escrúpulo com que a comissão quis proceder foi bastante para levantar na bancada da minoria enorme escarreço, e um sr. deputado que julgou-se prejudicado pelo não reconhecimento de seus poderes n'aquele occasião (refiro-me ao sr. Areolino de Abreu) entendeu dever jogar apôdes e invectivar a comissão que se fazia parte.

Felizmente para nós membros da comissão, na corta declamação vague que a exc. proferiu na sua incisiva objurgatoria, nem uma palavra disse que servisse de defesa à sua eleição ou de esclarecimento e orientação aos trabalhos da comissão.

Si fossemos detribuir as injurias, s. exc. com o seu partido não teriam certamente saldo á seu favor.

Nós não acreditamos em patriotismo, pregado por falsos apostolos da liberdade; nós não acreditamos em economias, em redução de despesas,

em supressão ou diminuição de emprégos publicos por parte de um

partido que conquista o poder pelo poder, que vive, não por amor das ideias, mas por amor do ventre, e se prolonga tendo como único programa de governo conservar-se no poder pelo maior espaço de tempo possível.

O orador que sucedeu á s. exc. coinvidiu-nos a marcharmos do acordo no caminho das economias. Nós aceitamos o convite, mas queremos que elle seja sincero.

Sr. presidente, como relator da comissão de verificação de poderes, sou eu quem maior odiosidade acarreta dentro e fora d'este recinto.

Mas devia eu, sr. presidente, que tenho em meu favor uma simples presunção de scienzia, é verdade, mas que em todo caso é uma pre-

de nome Erasmo Rabbelo, falecido na Residência á 25 de outubro de 1875 e o de nome Virgilio que não posso precisar o tempo da sua falecimento; sobrevivendo ao falecimento da mesma unicamente o coronel Thomas Rabbelo de Oliveira Castro, que junto com o seu ilustrado pai chorão a perda da esposa e mãe carinhosa.

A estes parentes e amigos, assim como aos demais membros da família da finada dou pezames acompanhando-os em seus justos sentimentos

Piracuruca, 29 de maio de 1888.  
José Felipe do Rego Castello Branco.

### • • • Poderes públicos do paiz?

Não podendo mais suportar as perseguições, tropelias, arbitrariedades e violências do bacharel Francisco de Souza Martins, juiz municipal e orphão desta capital, há 2 anos d'esta parte venho por meio desta representar aos poderes publicos do paiz, a maneira por que, esse juiz, transgride a lei, a justiça fere os meus direitos de pae timbrando caprichosamente pelo cargo que exerce, para tirar a todo transe do meu poder paterno um meu filho legitimado por escritora publica, de nome Pedro, legalmente passada a 22 de Julho de 1880, e removendo da tutela natural de sua pessoa e bens, para não sei quem, a pedido de João Augusto Rosa, que se tem prestado maliciosamente a denunciar factos imaginarios e graciosos, por uma ação civil sem nome; na qual facilmente eu exhuberantemente provei com testemunhas de maior exceção, e com o auto de perguntas feitas ao menor meu filho, e contrario das inventivas e arguições falsas de um tal delator.

Não obstante a prova produlsa por mim nos autos dessa ação, o mesmo juiz do orphão, por sentença de 10 setembro de 1886,

Quanto aos outros diplomas, a comissão para dar sobre elles um parecer mais seguro, mais bisulado, solicitou por intermédio da secretaria do governo os esclarecimentos que em parte lhe foram fornecidos. Digo em parte, porque na revisão do alistamento de Valença, que nos foi removido, não vem os nomes dos eleitores constantes da certidão em poder da comissão, e sobre cuja validade foi verificada.

Hoje esse engano acha-se desfeito e a verdade restabelecida: a votação dos collegios de Valença e Jaicós não influiu para o resultado dos diplomas cuja validade foi verificada.

Quanto aos outros diplomas, a comissão para dar sobre elles um parecer mais seguro, mais bisulado, solicitou por intermédio da secretaria do governo os esclarecimentos que em parte lhe foram fornecidos. Digo em parte, porque na revisão do alistamento de Valença, que nos

foi removido, não vem os nomes dos eleitores constantes da certidão em poder da comissão, e sobre cuja validade foi verificada.

Retirando-me para o logar de minha residencia, hoje; e não podendo, por motivo de molestia retribuir pesadamente as visitas, com que me honraram nesta capital, venho por este meio agradecer a todos os que me dispensaram tão distinta fineza e particularmente aos ilustres meios pelo zelo e empenho, que sempre tiveram em bem de minha senda.

Theresina, 4 de julho de 1888.

Antonio José de Sampaio.

Retirando-nos hoje para a villa do Livramento em companhia de nosso extremoso pae que se achava enfermo, e não sendo possível pela urgencia de viagem despedir-nos de todas as pessoas, que honraram nos com suas visitas e nos penhoraram durante os dias, que passamos nesta capital, servimo-nos deste meio para testemunhar a todos os nossos sinceros agradecimentos.

Theresina, 4 de julho de 1888.

Anna Lina de Sampaio.

Eainunda Sampaio C. Branco.

Padre dr. Joaquim S. G. Branco.

Marcelino Sampaio C. Branco.

### Falecimento.

No dia 9 do corrente, no logar Residência da villa do Pimpri, faleceu d. Donata Joaquina de Oliveira com a idade de 76 anos.

Era casado com o capitão José Joaquim da Silva Rabbelo, que ainda vive e tem a idade de 74 anos.

Foram casados 50 annos incompletos.

Tiveram de seu consórcio sete filhos, dos quais, quatro sexos, masculino cresceram e faleceram 3, de

pois de maiores; sendo o dr. Horacio Rabbelo, falecido na cidade do Maranhão á 10 de março de 1872, o

embargo a execução de tal sentença, bantem 2 do corrente mes, e até o presente, ainda não obtive despacho desse meu recurso, aguardando impacientemente para sofrer ignas injustiças, das quais então, denunciarei aos tribunais superiores contra quem o direito for, pagando sempre por meu direito e justiça, até que, esta seja feita, o que me parece não estará longe, visto que confio na razão que me assiste, e que um juiz superior deitará por terra essa monstruosa pretensão.

Theresina, 3 de julho de 1888.

Beltrão José Gomes de Carvalho.

### São João do Pianhy.

Com a chegada nesta villa do telegramma de s. exc. o sr. Ministro da Agricultura comunicando a sanção da lei á 13 de maio proximo findo, da abolição completa e incondicional da escravidão do Brasil, todos os seus habitantes bradarião à una voz.

### —Patria livre!

Os infelizes escravizados, recebendo desde logo a mais ampla liberdade, sahirão aos grupos, e, em poucas horas, innumeros foguetes ferirão os ares com o estalar contínuo de suas bombas. Não ficou só zbi.

Os filhos da desventura, herdeiros de improviso da mais aspirada felicidade, com o auxilio de algumas almas caridas, prepararão o predio de propriedade da exm<sup>a</sup> sr. d. Joaquina Servia Ferreira, que se achava desocupado, e as 5 horas da tarde, de 5 do corrente mes, a casa regozitava de povo—brancos e pretos, grandes e pequenos, deixando-se de comparecer o rvd. vigário da freguesia e alguns srs. e sr.<sup>as</sup>, por motivo de incommodes em suas preciosas saúdes.

As 6 horas da tarde um vasto salão da casa estava literalmente iluminado e tomado de uma extremitade à outra, —de mesas bem adornadas e compostas de uma profusão de iguarias, preparadas com todo esmero e esforço.

Occuparão o topo principalmente da primeira mesa, por escolha do muito digno dr. juiz de direito da comarca, cujo lugar de preferencia lhe cabia, —as exm.<sup>a</sup> professoras públicas, e sr.<sup>a</sup> de professor público.

Durante o serviço do banquete, pedirão a palavra e ordem sobre o assumpto,—os srs. juiz de direito dr. Alvaro de Assis Osório Mendes, juiz municipal dr. Luiz Ferreira de Souza Martins, promotor publico, tenente coronel Fernando Marques Drumond de Carvalho, advogado provisionado, capitão Raimundo Borges da Silva.

Todos farão muito aplaudidos e cheios de entusiasmos, segundo se estrepitosos vivas à liberdade, secundados pelo retumbante constante dos foguetes e pelos sons da bella e

# A IMPRENSA.

Dizem os veteranos do lugar, que á cujo livro do lançamento me resso a liberdade, esta palavra santa, este sentimento nobre, seria capaz de reunir de momento tantos convivas, cada qual mais forte, mais disposto, mais presenteiro e mais entusiasmado.

Está vencida a grande campanha! Jaz por terra o velho edifício, atestado de horrores passados!

A pedra do escândalo de quasi quatro séculos de duração, veio afim desaparecer!

Surge a igualdade das condições, e com elle o imperio da liberdade.

Hozanna a Deus!

Gloria a lei de 13 de maio!

Viva a liberdade!

Junho 8 1888.

Um expectador.

## Piracuruca.

PARA O EXM. SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA LER.

Tomando ao sério as recomendações que s. exm. tem feito ao sr. inspector do tesouro, pedindo-lhe com instância, que informe como procedem os collectores com relação à arrecadação das rendas á cargo dos mesmos, vimos provar com o documento infra publicado, que o sr. collector das rendas provinciais desta villa de grande prejuízo à fazenda provincial.

Desse documento se prova que o sr. collector lesou à fazenda de deus modos:

Primeiro: — por que collectou as fazendas do sr. seu pae em menos de um terço da produção; assim foram lançadas as fazendas Santo-Antônio em cincuenta bezerros, Sucurujá em vinte, Vargem-grande, em quarenta, Boca da picada em vinte, Santa Catarina em quarenta e Santo-Hylario em vinte; quando a primeira dá mais de cento e sessenta bezerros, a segunda mais de sessenta, a terceira mais de cem, a quarta mais de sessenta, a quinta perto de duzentos e a sexta uns quarenta.

Segundo, porque deixou de lançar os bizerros amançados no Taboleiro grande do Longá, no Jacú, nas Contendas e no Rasteiro em numero superior a oitenta.

Só com esse lançamento ficou a fazenda prejudicada em mais de quinhentos mil reis.

Com relação à cobrança da dívida activa, o sr. collector também dá prejuízo à fazenda, deixando de cobrar as dívidas de seus amigos políticos, o que faz com ostentação, certo de que neste paiz, a imunidade política é uma espécie de bandeira da misericordia.

P. G.

## DOCUMENTO (\*)

Certifico em cumprimento ao despacho retro do sr. collector que rendendo o livro de lançamento de dízimo de gado vacam, cavallar e muar nesta freguezia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca relativamente o anno de 1886 a 1887, no dito livro não consta que o coronel Gervasio de Britto Passos tenha ainda pago a importância porque foi lançado no referido anno pelas suas fazendas as quais e o numero de bizerros, poldros, barros e jumentos são as seguintes lançadas sob os numeros, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, cento vinte e um, cento e vinte dois: fazenda Santo Antonio cincuenta bizerros, fazenda Morro d'Ave, deis bizerros e quatro poldros; fazenda Sucurujá vinte bizerros e quatro jumentos, fazenda Vargem-grande, quarenta bizerros, fazenda Boca da picada vinte bizerros; fazenda Alto oito bizerros, fazenda Santa Catarina, quarenta bizerros, fazenda Saco deis bizerros e fazenda Santo Hilario, vinte bizerros. As fazendas Taboleiro grande do Longá, Contendas, Jacú e Rasteiro de que trata o supplicante em sua petição não consta ao lançamento. (\*) E o quanto consta do requerido pelo petionário.

(\*) Censurada a propria ortografia.

(\*\*) Desses fazendas duas são de propriedade do sr. coronel Gervasio, — nas outras apenas tem gados.

O autor.

á cujo livro do lançamento me resso a liberdade, esta palavra santa, este sentimento nobre, seria capaz de reunir de momento tantos convivas, cada qual mais forte, mais disposto, mais presenteiro e mais entusiasmado.

Está vencida a grande campanha! Jaz por terra o velho edifício, atestado de horrores passados!

A pedra do escândalo de quasi quatro séculos de duração, veio afim desaparecer!

Surge a igualdade das condições, e com elle o imperio da liberdade.

Hozanna a Deus!

Gloria a lei de 13 de maio!

Viva a liberdade!

Junho 8 1888.

Um expectador.

## NOTICIARIO.

**Dr. Alfredo Mendes.** — Este illustre amigo, integreremo juiz de direito de Jaicós, continua a ser flagelado estupidamente nas paginas da «Epoca» e para arescimo da fama, que lhe atraiu veio á baixa a camara de Picos, da qual é presidente o sr. Helvicio Martins. Não admira o emprenho que esses malsins fazem para tirarem de Jaicós o distinto magistrado, que é a garantia unica que encontram as victimas. Tendo a sua disposição o promotor Benedicto, o juiz municipal Barreto, os conservadores, os celebres conservadores de Jaicós e Picos, desejão para completar a obra de extermínio dos liberais, ver-se livres do homem imperial e justo, que representa a lei e a razão, que elles os desordens e os assassinios, todos os dias infringem. A gloria do ilustrado dr. Alfredo Mendes todos os dias cresce à medida que mais desenfreada corre para o crime a caña de desordeiros; desses homens que tem se coberto de tantos crimes e nunca se cangão de praticar novos e mais vergonhosos! Mas cumprão os detractores do distinto e illustre juiz de direito de Jaicós o seu triste destino. A lama que atraiu sobre a tão impoluta do magistrado benemerito reverte e cae de chapéu sobre as faces desses vis e obscuros defatores, que só se tornão notáveis pelo mal que fazem, pelos actos maus, que praticam.

**Conflictos de jurisdição.** — Conforme dissemos no numero passado deste jornal, levantou o juiz de orphões do termo de Campo-mor contra o das Barras, por usurpação de atribuição por parte d'este, que sem competencia nomeou tutor á duas enteadas do nosso digno amigo tenente coronel José Antônio de Mello, quando o d'ultimo termo já havia cumprido com semelhante dever.

Deu causa a esse atropelo, a essa perlução, a inépcia do juiz de orphões Manoel Ruíno, autoridade tão ignorante quanto avessa aos sentimentos da justiça.

Foi nomeado tutor das menores um nosso amigo, à quem o juiz de direito dr. Samuel Uchôa julgou incompativel por iniúnscida notoria com a mal d'aqueles, iniúnscida que não foi contestada, por quanto o referido amigo não tinha interesse em semelhante encargo.

Nomeou-o somente o juiz para dar prova do seu pyrronismo, e mesmo por que diz que uma sentença d'um juiz de direito não faz prova, e que a qualidad e a capacidade do tutor, é de atribuição sua, muito embora vede a sentença d'aquelle!

O juiz municipal Bufino, procedendo pelo modo exposto, só teve em vista satisfazer as paixões do Judas A. L., o agote de paz das famílias, o flagelo do socorro público, e o perjudicador da marcha regular dos negócios forenses de Barras.

Levantado o conflito, pende elle da decisão provisória do sr. Viveiros de Castro, à quem coupre por um erro na rada do desmandos — movida pelos instrumentos, aos quais foi confiada a missão de juiz, e de orgão da justiça pública.

Se o juiz de orphões de Barras fosse, na phrase da lei, o protector dos orphões, á cuja guarda infelizmente vivem elles confiados, deveria, por moralidade do cargo cuidar de preferência da sorte dos seus próprios filhos, pois, om d'elles perfura constantemente o socorro dos vizinhos — quebrando as pernas, e cortando pelos encontros as azas das gallinhas — e o outro se occupa em procurar cavalos alheios parapear; e ambos vivem fora da casa paterna — por muitos dias, sem que d'elles se tenha a mais leve notícia!

A estes, sim devia o condescendente juiz e pai — nomear tutor, que de sua guarda é educação fratassem, uma vez que são tão descuradas de sua parte.

Espera resignado o nosso amigo a decisão de sua causa, que não pode ser desfavorável, e, depois de egotados todos os recursos, leva perante os tribunaes, ou mesmo perante a assembleia provincial o juiz parcial, unindo-o ao juiz Sá Barreto, que pelo mesmo modo, tenta arrancar a tutura dos filhos do nosso distinto amigo tenente coronel Aristides, e entregá-los a idiotas.

Perante os tribunaes essa junta maldicida de juizes — encontrarão o premio de suas prevaricações, sendo punidos os seus abusos e crimes.

São dois nomes celebres — Sá Barreto e Manoel Ruíno! Ambos...

**Abuso.** — Sob a rubrica serviço público os srs. presidente e chefe de polícia entretem uma correspondencia diária para a corte e outras províncias, de maneira que o estado gasta grandes somas com a bisbilhotice desses senhores. Não é só isto: não ha conservador que pague telegramma para os nossos deputados na corte, pois os tem a custa do serviço publico. Não seria mais honesto usar em menor escala dos dinheiros publicos? O governo geral que chame á contas os seus delegados.

**Tem graca.** — Bonlom, primeiro aniversario da infeliz administração do filho do sr. Gomes de Castro, todas as repartigas públicas se fecharam, como em um dia de festa nacional. E os homens da pandilha palaciana entendem que a liberdade morre afogada nos perus com a independencia do raposa, que se ceva com elles!

Quanta miseria!

**Piracuruca.** — D'esta villa nos escreve o seguinte:

No dia 18 desse mes de junho, um indíviduo de nome Estevão, apagado do sr. collector desta villa, o mesmo que para embrigar a sua desidio não hesita em mentir a primeira autoridade da província, armou-se de um facelo e tentou espancar ao delegado de polícia em exercicio, não conseguindo realizar o seu intento devido a intervenção de terceiros.

Como Estevão depois de desarmado continuasse a injuriar ao delegado de polícia, este mandou prendê-lo, a cuja prisão Estevão se opôs, ligando-se corpo a corpo com os soldados que o levavam de rasto até a cadeia, mas sem offendê-los.

Estevão foi um dos famosos que na noite de 8 do corrente, armado de caete, fez parte da vanguarda da mesma.

Despeitado com os co-religionários descobriu que n'aquela noite havia recebido ordem para morrer a facete a qualquer liberal que fosse encontrado pela passeata!

Do que escapamos!

E como nessa noite não encontrasse liberal para desafalar o peito, entendeu, apesar do adagio que diz «que lobo não come lobo», que podia desafalar o com o seu correligionário. Isto vai mal.

S'excuse lance suas vistas para esta localidade, pois a gente da grey ja não respeita mais as proprias autoridades amigas.

Os nossos amigos vivem sob a pressão de terrível ameaça, um dos chefes conservadores, homem que pelas leis do atavismo, é digno de se respeitar, ameaçou-nos em plena praça «que logo havia de beber o nosso sangue!»

**O subdelegado** João Roberto mereceu da «Epoca» a costumada defesa. Não admira e já sabíamos que, censurando o ignorante subdelegado, davamos-lhe direito à honraria — dos homens da situação, dos mesmos que trazem o carcereiro Carvalho em um rebaño. Que façam bom proveito....

A Epoca exige factos que provem o abuso de poder de João Roberto. Satisfazemos-la, expondo os que se seguem, e que nos foram transmitidos por pessoas fiduciadas. Alem destes, outros muitos factos atentatórios da segurança e propriedade do cidadão, têm sido praticados pela arbitria autoridade do 2º distrito desta capital.

«O subdelegado Roberto mandou prender a Joaquim Cândido de Moura, em São José das Cajazeiras (província do Maranhão), pelo inspector de quartelaria João carpinteiro, que ali, pediu uma praça ao comandante do destacamento, e prendeu a Moura em casa do tenente Moreira, conduziu-o para esta cidade e apresentou o preso a João Roberto, que disse ao dito Moura, que o mandava vir a sua presença, para lhe dizer, que não andasse faltando em seu nome.

Moura queixou-se verbalmente ao dr. chefe de polícia, que consta repreendeu a João Roberto, — por tal abuso.

Luz Pereira da Silva, inspector de quartelaria, morador nos Poços, sendo possuidor de 100.000 reis de terras na data «Porte Alegre», tendo roçado o logar da casa e feito uma casinha para curiar no seu servido arredado mais de 360 braças da fazenda do sr. Flaviano Bento Gonçalves, terras possuidas em comum, este conseguiu de João Roberto, ordenar a Luz Pereira que deixasse o lugar sob pena de mandar o prender se não saísse, o que de fato sucedeu, e o sr. Flaviano, amigo do subdelegado sacerdote, cercou suas as terras de Luis Pereira que queixando-se ao chefe de polícia não foi ouvido.

Por ora estes...

**Vergonhoso.** — Ao passar em 3º discussão, na assembleia provincial, os organizamentos de varias camaras municipais, o deputado conservador, Hevídio Clementino de Souza Martins, os subtraio de cima da mesa da presidencia! Acossado para entregar esses papéis, o primo do sr. dr. Coelho Rodrigues, passou um recado d'elles ao nobre 1º secretario e os conduziu para sua casa, onde os releve até o dia 5 do corrente, quando os restituio ao oficial-motor da Assembleia.

O acto ignominioso do sr. Hevídio não destoa de todos os outros de sua vida tumultuosa, passada entre a capanga e pelo engenheiro, depois de feito o serviço pela comissão do melhoramento, do mesmo rio; e hoje está cedendo-a para serviços de interesse todo particular, como acaba de se dar com a viagem, que fez a lama ao Puty velho, hontem pela manhã!

Isto não se comenta, registra-se apenas ad perpetuam rei memoriam.

**Ca e lá.** — O sr. Bertrand de Carvalho é esta sendo vítima aqui da mesma violencia que sofreu em Jaicós o nosso importante amigo tenente-coronel Aristides. O juiz municipal, desta capital, como verão os leitores da correspondencia que aquelle amigo publica em outra parte deste jornal, quer também arrancar the um filho! Onde iremos parar com isto?

Ricardo, o surrador de Militana, Francisco, o que mantinha uma enorme garralheira em um pôde ex-escravo, Antônio, o que aplicava chibata no dorso do proprio filho, e para não fallar dos monstros de Paulista, Helvilio, o que rouba papéis da assembleia! Raça distinta! homens feitos em um só molde! Quanta nobreza nesses fidalgos!

**Desembarque.** — Lê-se no «Diário do Maranhão».

A hora em que fechamos, está desembarcando de bordo do vapor «Advance» o nosso amigo e ilustrado sacerdote, dr. Joaquim de Sampaio Castello Branco, a quem vários amigos e grande numero de estudantes foram receber em vapor especial, dando assim significativa prova do apreço em que tem as altas qualidades que tanto distinguem o cidadão, sacerdote e mestre, que goza de general estima e sympathia.

O dr. Castello Branco segue, hoje mesmo para Caxias com destino a Theresina onde vai ver seu prezado pao, que tem estado bastante enfermo.

O dr. Joaquim Castello Branco, bastante sensibilizado pelas atenções, de que acabava de ser alvo, e pela prova de estima que a elle consagraram os seus discípulos e amigos, agradeceu-lhes em eloquente improviso testemunhando sua gratidão.

Saltando na rampa, onde já era esperado por muitos cavalheiros, foi o dr. Castello Branco comungando e por todos acompanhado.

Abraçando-o, desejavam que, chegando ao paterno, tenha o grande prazer de ver os seus gozos da perfeita saúde e já resfriado o enfermo, digno de todos os seus amigos, agradecendo-lhes em eloquente improviso testemunhando sua gratidão.

Theresina, 7 de julho de 1888.

**Partidas.** — Seguiram para Colonia e S. Philomena os nossos importantes amigos capitães Delfeno Ramos e Lepoldo Lopes, deputados provinciais e para o Litorâneo o nosso preiado amigo canhito Enoch Costa.

A todos feliz viagem.

**Outras.** — Para o Litorâneo partiram os nossos preados amigos capitão Antonio José de Sampaio, padre dr. J. Sampaio, Macellino Sampaio e as exm. sr. ss. dd. Raymunda Sampaio e Anna Sampaio.

Feliz viagem.

**Outra.** — Também partiram com destino à Natal, Olíras e S. Luiz os nossos importantes amigos capitão Joaquim da Silva Britto, tenente coronel Fernando de H. Costa Freire e major Olegário Ortiz da Silva Rios.

Desejamos a todos prospera viagem.

Dois aerores.

**ADVOGADO**

**SENADOR J. F. MEIRA DE VASCONCELLOS**

Excriptorio à rua 4º de março n.º 33. Residencia, rua dr. Constante Jardim, n.º 4, Santa Teresa. Corte.

Preciso ao sr. collector das rendas provincias deste município que vendemos em dias de Junho do anno passado, eu e meu cunhado José Narciso da Rocha, a fazenda São João deste mesmo município, com todos os gados que alli tinhamos, ao maior Domingos Machado de Cerqueira pelo que não possuindo mais gados de qualidade alguma sujeito ao lanceamento na collectoria a cargo do referido sr. collector não devo ser lido para tal contribuição.

**José F. de Rego Castello Branco.**